

Histórico e Introdução

O Hospital Universitário da USP foi aberto em 1981, após alguns anos de mobilização da comunidade acadêmica e da população do Butantã com a finalidade de efetivar um projeto que começou a ser desenvolvido no final dos anos sessenta. Tal projeto que buscava implementar um Hospital Escola dentro de uma perspectiva de articular ensino, pesquisa, extensão e assistência e de formar profissionais de saúde generalistas em várias carreiras nunca chegou a ser efetivamente concretizado. O projeto pedagógico da Faculdade de Medicina da USP rapidamente foi alterado, passando a priorizar a formação de especialidades.

O HU aberto com a diretriz original perdeu a importância para qual foi projetado, mas isso não impediu que o hospital implementasse por um longo período muitas das ações inicialmente planejadas, principalmente na esfera do ensino e assistência. Nesta perspectiva, o HU passou a ter enorme importância para o distrito do Butantã e região, provendo serviços de saúde de média complexidade.

No final de 2013, passados 32 anos de sua abertura, o Hospital Universitário havia se consolidado como a grande referência para a população da região, realizando mensalmente cerca de 16.000 atendimentos/mês, considerando as cirurgias, consultas eletivas, exames e os atendimentos de pronto socorro infantil e adulto.

O HU contava então com mais de 1800 funcionários permanentes e cerca de 250 leitos ativos. Tinha um papel efetivo na formação de cerca de 2200 alunos/ano, propiciando interações na relação ensino-aprendizado bastante intensas, ainda que não reproduzissem exatamente o propósito original de formação de profissionais de saúde generalistas. O relacionamento mais estreito com o Sistema de Saúde de Atenção Primária na região e o maior número de projetos de pesquisa que envolviam a população local complementava o modelo de operação. O reconhecimento da importância e qualidade do HU, expressos pelos quase 500 mil moradores do Butantã e região, era consequência direta de seu modelo de atuação.

Este modelo operacional foi abruptamente interrompido em 2014 quando o então reitor Marco Antonio Zago tentou desvincular o HU da USP e transferir sua gestão e custeio para a Secretaria de Estado da Saúde, a exemplo do que já ocorrera com o Hospital das Clínicas - HC. A justificativa era o alegado alto

custo do HU, derivado de suas ações de assistência a saúde no âmbito do SUS, sem que estado e município aportassem recursos para sua manutenção e custeio. Na época a sustentação financeira do Hospital Universitário era feita com 92% dos recursos da USP e 8% do SUS. Importante salientar que em 2014 o custo do HU representava 8% do Orçamento da USP (hoje representa menos de 6%).

A grande mobilização da comunidade e dos funcionários conseguiu impedir a desvinculação do HU da Universidade, porém não foi capaz de conter o início do seu desmonte deliberado. O reitor Zago implementou em 2014 e 2015 dois PIDVs (programa de incentivo a demissões voluntárias) que retirou mais de 300 funcionários do HU. Desde então não foram realizados concursos públicos e a sobrecarga de trabalho sobre os funcionários remanescentes provocou grande desmotivação e a saída de mais funcionários, por decisão espontânea ou aposentadoria. Para agravar ainda mais a situação, a USP aprovou em 2017 o projeto sustentabilidade que é uma espécie de "Lei de responsabilidade fiscal", pela qual ficaram proibidas as contratações por concurso até 2022 (exceto para um contingente previsto de contratação de docentes).

No final de 2017 o continuado processo de desmonte alcança um ponto crítico e a direção do HU decide alterar o funcionamento do pronto socorro infantil e adulto a partir do referenciamento para atender apenas emergências, deixando de operar com as portas abertas. Este ápice da crise ocorre quase que simultaneamente à retomada da luta popular pela sua recuperação.

Entre maio e dezembro de 2017 é criado o "Movimento Em Defesa do HU" que, liderado pelo Coletivo Butantã na Luta, desenvolve intensa campanha com um abaixo assinado com 60 mil assinaturas físicas de moradores da região, com o Ato de Abraço ao HU em 24 de novembro de 2017 que reuniu 2000 moradores e com a articulação na Assembléia Legislativa que possibilitou a aprovação de uma Emenda de 48 milhões para o orçamento de 2018 do HU, que deveriam ser aplicados na contratação de funcionários por concurso público.

O início da gestão do novo reitor Vahan Agopian em 2018 não trouxe alterações no tratamento dado ao HU em relação à gestão do seu antecessor. A reitoria da USP não aplicou os recursos adicionais aprovados para contratações e recuperação do hospital, mas utilizou estes recursos para pagar gastos previdenciários,

desconsiderando por completo a aprovação unânime dos deputados estaduais. Para tanto recorreu ao governador para vetar a decisão legislativa que deixava explícito que os recursos deveriam ser aplicados no HU para contratações.

O "Movimento Em Defesa do HU" manteve a mobilização entre 2018 até o presente momento tendo conseguido aprovar novos recursos extra orçamentários: 40 milhões para o orçamento de 2019 e 20 milhões para 2020. Ou seja, por três anos a luta popular conseguiu aprovar 108 milhões de recursos adicionais para o HU, mas deste montante apenas 40 milhões foram efetivamente aplicados e mesmo assim para contratações temporárias por 1 ano e feitas com enorme atraso.

O que este histórico demonstra é que a atual reitoria da USP sustentou nesses três anos uma política de estrangulamento do HU, dificultando em grande medida a implementação de ações para recuperação do hospital, inclusive das que poderiam ser viabilizadas financeiramente pelos recursos conquistados pelo Movimento.

A luta dos últimos 4 anos foi capaz de deter o desmonte do HU que se encontrava em ritmo acelerado no final de 2017, o que não é pouco, mas não foi capaz até hoje de dar passos mais efetivos para sua recuperação.

O Hospital Universitário tem hoje 1356 funcionários permanentes, 70 temporários e 170 leitos ativos. Possuía em 2013 pouco mais de 1800 funcionários permanentes e 250 leitos ativos. Realiza hoje menos de 6000 atendimentos/mês, considerando todas as modalidades de atendimento. Praticamente não mantém relações com o Sistema de Saúde de Atenção Primária na região.

Além disso, o hospital realizou nos últimos 2 anos em uma contratualização com o SUS e referenciamento na Central de Regulação (CROSS) que comprometeu em grande medida seu caráter regional. Atualmente a reduzida capacidade de atendimento do HU é direcionada para cobrir as insuficiências da rede pública municipal e estadual da cidade e grande São Paulo.

Nos últimos 12 meses representantes da população e da comunidade USP vêm participando de um Grupo de Trabalho criado pelo próprio Conselho Deliberativo do Hospital Universitário - CDHU, fazendo sugestões relacionadas ao enfrentamento da pandemia e propostas no sentido de construir um projeto para a recuperação plena do HU. Este Conselho é composto

por representantes e suplentes das faculdades de medicina, enfermagem, farmácia, saúde pública, odontologia e psicologia, além de representantes e suplentes dos estudantes, técnicos funcionários e da comunidade Butantã.

Este Conselho passou a debater a partir deste mês de maio três pautas essenciais para o futuro do Hospital Universitário: um projeto para sua reestruturação, a revisão do seu regimento interno e a constituição da lista tríplice de nomes para escolha da nova superintendência. Estas três questões deverão ser resolvidas até outubro deste ano, mês em que está previsto a consulta para o novo reitor da USP que iniciará a gestão em janeiro de 2022.

A longa introdução com o histórico de lutas e o conhecimento e informações acumulados nos últimos 4 anos permite que o nosso 6º Encontro Popular delibere sobre as Diretrizes de um Projeto Popular de Recuperação Plena do Hospital Universitário.

A aprovação deste projeto popular se dá em um contexto nacional de ameaças sem precedentes de desmonte de estado, através de um continuado processo de desregulamentação e da grave ameaça de aprovação da emenda constitucional de reforma administrativa (PEC 32) que fragiliza como nunca o papel do estado, incluindo as Universidades Públicas. Conclamamos a USP para que retome o compromisso com a sociedade e o exercício da responsabilidade social, fundamentais para estabelecer um contraponto efetivo à continuada supressão de direitos sociais e democráticos que vêm sendo implementada no país nos últimos 30 meses.

Recuperar a capacidade de atendimento que o HU tinha em 2013

É preciso recuperar a capacidade de atendimento que o HU tinha no final de 2013, ainda que sob novas formas de funcionamento. A interrupção abrupta deixou 10 mil usuários/mês desassistidos. O histórico deficit de equipamentos de saúde no sistema de atenção primária da região do Butantã não pode mais ser aceito como justificativa para ação unilateral tomada pela USP. O HU deve:

- Retomar as consultas e cirurgias nos níveis praticados em 2013;
- Retomar, intensificar e criar novos programas

específicos de atendimento a população da região vinculados também aos seus objetivos de ensino e pesquisa e operados em íntima relação com a supervisão técnica municipal de saúde da região;

- Assegurar os recursos necessários para que o Pronto Socorro Infantil e Adulto funcione 24 horas para o atendimento de urgência e emergência, com uma eficiente estrutura de triagem médica e com registros efetivos que assegurem a rastreabilidade de todos os atendimentos;
- Investir na modernização de sua infraestrutura de equipamentos e de energia e na automação de áreas do hospital que apresentam hoje uma grande defasagem tecnológica;
- Implantar projeto de sistema de comunicação em rede com os equipamentos de saúde de atenção primária da região do Butantã para se firmar como referência efetiva de atendimentos de saúde de média complexidade;
- No mesmo sentido estabelecer estreita cooperação com o Hospital Mário Degni (Maternidade do Jardim Sarah) redefinindo o funcionamento territorial relacionados aos partos, atendimentos pré natal e outros programas de saúde da mulher;
- Destaque especial deve ser dado a criação de um Programa de apoio para atendimento as mulheres vítimas de violência em cooperação com o sistema de atendimento primário na região e com o envolvimento dos estudantes das carreiras de saúde, em especial da Psicologia;
- Redefinir a contratualização com o SUS e se integrar ao Sistema de Saúde da região para assegurar de forma efetiva que a maioria dos atendimentos sejam de moradores do Butantã. Sem esta integração não há como assegurar o princípio da integralidade no atendimento a saúde preconizado pelo SUS, sobretudo com o desfinanciamento da Saúde dos últimos 5 anos. Em outras palavras, o funcionamento do HU no que se refere à Central de Regulação não deve retirar o caráter predominante regional do Hospital Universitário.

Recompor os recursos humanos perdidos desde 2013

A retomada dos níveis de atendimento exige a reposição dos recursos humanos perdidos em todo o período, cerca de 500 profissionais. Além disso, é preciso considerar que parte substancial dos atuais funcionários do HU devem se aposentar nos próximos anos e que o hospital já não faz contratações permanentes há pelo menos dez anos. Adicionalmente é fundamental para a sustentabilidade do HU, na execução de suas missões de Hospital Escola, que as contratações sejam permanentes. Assim o HU deve:

- Abrir imediatamente concurso público para contratações permanentes e pela carreira da USP de forma a recuperar a capacitação perdida nos últimos 8 anos;
- Estabelecer a quantidade necessária de recursos humanos levando em conta a reativação dos leitos ampliando dos atuais 170 para os 250 leitos que tinha em 2013, o pleno funcionamento das salas cirúrgicas, a ampliação das consultas, os projetos de pesquisa e formação e a retomada de outros serviços de saúde que precisam ser reativados ou revitalizados;
- Retomar a qualidade dos estágios das carreiras de saúde.

A qualidade da formação dos alunos das carreiras de saúde está diretamente relacionada a quantidade e a qualidade dos atendimentos feitos no HU e nas unidades de atenção primária. As situações de ensino aprendido tiveram forte redução nos últimos anos e por consequência a qualidade de ensino. Algumas áreas como a Saúde Pública e a Psicologia praticamente deixaram de contar com o HU nos estágios e processo de formação de seus alunos. O HU deve:

- Repactuar com todas as faculdades das áreas de saúde da USP novos projetos de formação e estágios a partir da ampliação dos atendimentos;
- Ampliar o número de preceptores para assegurar a qualidade da formação;
- Criar um Conselho destinado a monitorar os programas de formação com a participação de todas as áreas de saúde e por representantes discentes;
- Articular junto com a Supervisão Técnica de Saúde na região a execução de projetos de pesquisa e de estágios, aumentando a qualida-

de do ensino e a consciência dos alunos sobre a efetiva precariedade de atendimento à saúde vivenciada pela população da região, sobretudo nas que vivem em suas 100 (cem) favelas e comunidades;

- Manter o HU como referência para os moradores do Butantã.

Desde o início da pandemia a atual superintendência anunciou que o HU passaria a ser referência regional para toda a região Oeste de São Paulo, o que engloba mais de 1,2 milhões de moradores, mais do que o dobro da população do Butantã. Em recente manifestação e apresentação de planejamento estratégico esta decisão foi reafirmada, agora de forma permanente, o que certamente poderá reduzir ainda mais a capacidade de atender a população do território do Butantã, como previsto no regimento interno do Hospital. Assim, o HU deve:

- De imediato reafirmar o seu papel de atendimento predominante à população da região do Butantã, que hoje tem um contingente de cerca de 500 mil moradores;
- Condicionar a ampliação da área de abrangência de atendimento à expansão da rede pública hospitalar na região Oeste, em especial com a recuperação do Hospital Sorocabana, a ampliação de leitos no Hospital Mário Degni, a reabertura do Hospital Panamericano e a efetiva construção de três Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) com recursos do BID, que estão programadas para o Butantã há mais de 4 anos.

A USP precisa assumir a sustentabilidade do seu Hospital Escola

O Conselho Universitário, o reitor e o Conselho Deliberativo do Hospital Universitário precisam rever por completo a diretriz que norteou o tratamento dado ao HU nos últimos 8 anos, tanto no papel da gestão como da sustentabilidade financeira. Nestes tempos muito difíceis de desmonte acelerado do estado, incluindo as universidades públicas, é impensável que a direção da maior universidade do país mantenha o descompromisso com o HU e com a responsabilidade social que o seu pleno funcionamento já representou e pode voltar a representar.

Antes do início da crise financeira os custos totais de manutenção do Hospital Universitário representavam entre 7,5% a 8% do orçamento da USP, o que em valores atuais chegariam a cerca de 420 milhões de reais/ano, não considerados os repasses do SUS de cerca de 22 milhões de reais/ano. Nos anos de 2018, 2019 e 2020 o orçamento executado com recursos USP alcançou em média cerca de 300 milhões/ano, menos de 6% do orçamento da USP. É importante ressaltar que as reduções orçamentárias de outras unidades da universidade foram muito inferiores que a aplicada ao Hospital Universitário.

Ao longo dos últimos anos a reitoria e a direção do HU argumentaram que o hospital cumpre um papel de grande relevância em toda a região e atua dentro do SUS, mas não recebe recursos municipais para esta finalidade. A particularidade de ser um hospital escola vinculado a Universidade de São Paulo, que é uma unidade orçamentária do estado, dificultaria possíveis acordos de cooperação.

Entretanto, nestes últimos anos não assistimos iniciativas efetivas da direção do HU e da USP para estabelecer acordos com a secretaria municipal de saúde, exceto em 2017 quando a partir da intermediação do secretário municipal de saúde da época, tentou fazer um convênio para transferir a operação do pronto socorro para a organização social SPDM, o que teve ampla rejeição da comunidade USP e dos moradores. Para garantir a sustentabilidade do HU é essencial que a USP adote as seguintes ações:

- orçamento anual do Hospital Universitário deve ser ampliado em pelo menos 30% em relação aos valores atuais;
- as negociações de eventuais novos aportes de recursos com a secretaria municipal de saúde e outros órgãos, incluindo as cooperações com o HC, não devem permitir qualquer tipo de terceirização e não podem comprometer a autonomia de gestão do Hospital Universitário.

O HU deve ser uma Plataforma de Ensino com foco na Assistência

Um novo Projeto Popular do Hospital Universitário deve resgatar o conceito de uma Plataforma de Ensino a partir da forte ampliação dos atendimentos, da integração com a

atenção primária, do estímulo aos projetos de pesquisa de campo em saúde e do aumento do número de preceptores. Estas dimensões integradas poderão ampliar em larga escala a ocorrência das situações de ensino aprendido com forte impacto positivo na formação dos profissionais e na abordagem mais integral nas ações de assistência à saúde, se adequando aos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Controle Social como Hospital Escola e integrante do Sistema Único de Saúde (SUS)

Os principais interessados no bom funcionamento do Hospital Universitário são os usuários dos serviços de assistência, os docentes responsáveis pela formação dos estudantes nas várias carreiras de saúde, esses alunos que procuram uma formação mais sólida além dos trabalhadores do Hospital Universitário, o Hospital-Escola da USP, Campus Butantã de São Paulo.

Os equipamentos de saúde em geral integrados ao SUS possuem conselhos gestores tripartites com caráter deliberativo e composto por 50% de representantes dos usuários, 25% de trabalhadores e 25% de gestores.

O Hospital Universitário não tem um conselho gestor nos moldes do SUS. De acordo com seu regimento, possui um Conselho Deliberativo com a composição já descrita. Este Conselho procura contribuir com a melhoria dos processos de gestão do hospital, mas sua capacidade de ação é bastante reduzida, seja pelas decisões de ordem geral da reitoria e conselho universitário, seja pelo seu distanciamento da operação cotidiana do Hospital Universitário, sob a responsabilidade da superintendência. Além disso, muitas das representações do atual do CDHU são escolhidos por processos de pouca representatividade, o que deve ser modificado a partir de alterações no regimento interno do hospital. As representações dos usuários, trabalhadores e estudantes devem ser ampliadas, contemplando inclusive um representante dos trabalhadores do HU, e a escolha dessas representações deve ser feita por eleições amplas.

Sem prejuízo da manutenção do CDHU é essencial a criação de um Conselho Gestor para o HU dentro dos moldes do SUS, mas que leve em conta as suas particularidades. Assim é proposto a criação de um Conselho Quadripartite constituído por represen-

tantes dos segmentos diretamente envolvidos e impactados pelo funcionamento do HU, a saber: 25% de usuários, 25% da gestão, 25% dos trabalhadores e 25% dos alunos das carreiras de saúde. As regras de formação, eleição e escolha e os níveis de decisão deste Conselho Gestor Quadripartite devem integrar o regimento interno do Hospital Universitário.

Este documento de Diretrizes para um Projeto Popular de Recuperação Plena do Hospital Universitário é resultado do acúmulo de debates e do acompanhamento cotidiano do HU nos últimos quatro anos. A sua aprovação pelo 6º Encontro de Moradores do Butantã Em Defesa do HU marca um novo patamar desta Luta. Não é um ponto de partida, mas também não é um ponto de chegada. As contribuições já acumuladas e as que virão nos permitirá disputar o projeto do HU que queremos nos próximos e decisivos meses!

São Paulo, 22 de maio de 2021

6º Encontro de Moradores do Butantã Em Defesa do Hospital Universitário

Elaborando um Projeto Popular para Recuperação Plena do HU - USP

Em Defesa do Hospital Universitário da USP Em Defesa do SUS

Em Defesa da Saúde Pública, Universal e de Qualidade